



**Classificar e institucionalizar a infância:
conexões entre a família e a escola em *A criança problema*, de Arthur Ramos**

Classifying and institutionalizing childhood:
connections between family and school in Arthur Ramos's work *The Problem Child*

Clasificar e institucionalizar la infancia:
conexiones entre la familia y la escuela en *A criança problema*, de Arthur Ramos

Elisângela da Silva Santos
Universidade Estadual Paulista (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-2401-9999>
<http://lattes.cnpq.br/8298974975510286>
licass20@gmail.com

Resumo

Neste texto temos como proposta analisar os escritos do médico, antropólogo e psicanalista alagoano Arthur Ramos (1903-1949) sobre a chamada “criança problema”, formulados no final da década de 1930, a partir de observações de profissionais em algumas escolas públicas do Distrito Federal, Rio de Janeiro, entre os anos de 1934 e 1939, as denominadas Escolas Experimentais. Nos deteremos ao tipo de criança rotulada por Ramos como escorraçada, que no livro foi destinado 4 capítulos onde o autor explora como as condições do ambiente vital da criança são determinantes para sua aprendizagem, sociabilidade, e condições para possíveis desajustes ou não. O objetivo do texto é remontar parte da história sociológica, educacional e psicológica sobre a visão da infância pobre no Brasil, e como essa interpretação realizou uma forma de sujeição sanitária daquelas crianças, vistas como potenciais problemas à nação, uma vez que pobreza e escorraçamento estavam intimamente relacionados.

Palavras-chave: Arthur Ramos; Criança problema; Escola; Família.

Abstract

In this text we propose to analyze the writings of the physician, anthropologist and psychoanalyst from Alagoas Arthur Ramos (1903-1949) on the so-called “problem child”, formulated in the late 1930s, based on observations of professionals in some public schools in the then District Federal, Rio de Janeiro, between the years 1934 and 1939, the so-called Experimental Schools. We will focus on the type of child labeled by Ramos as chased away, which in the book was intended 4 chapters where the author explores how the conditions of the child's vital environment are determinant for their learning, sociability, and conditions or not for possible misfits. The objective of the text is to reassemble part of the sociological, educational and psychological history about the vision of poor childhood in Brazil, and how this interpretation carried out a form of sanitary subjection of those children, that used to be seen as potential problems for the nation, since poverty and eviction were closely related.

Keywords: Arthur Ramos; Problem children; School; Family.

Resumen

En ese texto proponemos analizar los escritos del médico, antropólogo y psicoanalista alagoano Arthur Ramos (1903-1949) sobre la denominada “crianza problema”, formulados en el final de los años 1930, a partir de observaciones de expertos en algunas escuelas públicas del Distrito Federal, Rio de Janeiro, entre los años de 1934 y 1939, las llamadas Escuelas Experimentales. Nos detendremos al tipo de crianza rotulada por Ramos como ahuyentada, a la cual en el libro fue destinada 4 capítulos donde el autor explora como las condiciones del ambiente vital del niño son determinantes para su aprendizaje, sociabilidad, y condiciones para posibles desajustes o no. El objetivo del texto es remontar parte de la historia sociológica, educacional y psicológica sobre la visión de la niñez pobre en Brasil, y como esa interpretación condujo a una forma de sujeción sanitaria de aquellas crianzas, vistas como potenciales problemas a la nación, una vez que pobreza y desalojo estaban íntimamente relacionados.

Palabras-clave: Arthur Ramos; Crianza Problema; Escuela; Familia.

Introdução

O livro *A criança problema* contém mais de 400 páginas, e se divide em 21 capítulos que se intitulam: Herança e ambiente; A criança mimada; A criança escorraçada; As constelações familiares; O filho único; Avós e outros parentes; Criança turbulenta; Tiques e ritmias; As fugas escolares; Os problemas sexuais; Medo e angústia; A mentira; Os furtos, tratamento e assistência.

Nesses capítulos, a casuística é retirada do “Serviço de Higiene Mental”, dirigido pelo autor. As explicações que se seguem à exposição de cada caso primam por uma atitude compreensiva em relação ao distúrbio apresentado e estão assentadas, especialmente, no esquema teórico psicanalítico, embora fique evidente a ampla documentação teórica do autor sobre os assuntos tratados mesmo nos domínios não psicanalíticos. (MOKREJS, 1987, p. 99).

Ramos apontou que a lição etnográfica mostrou que a maneira de tratar a criança varia de acordo com as concepções de vários povos; nos anos 1920 e 1930, a infância adquiriu centralidade no debate sobre a nacionalidade e a questão social, além de se tornar objeto de interesse para a intelectualidade. Os cruzamentos entre psicanálise e educação alvitados pelo autor foram elaborados num momento de grande efervescência intelectual acerca do papel da psiquiatria, da psicanálise e da educação na modernização do país.

A partir dos anos 1930, com o surgimento do movimento da Escola Nova e com as políticas públicas instituídas pelos governos de Getúlio Vargas, cresceu a importância do Estado na proteção da infância. Como ressaltou Marta de Carvalho (1997), buscou-se respaldo em discursos de legitimação de um saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico. O “estudo científico” da infância entendido como exame metódico de todas as energias da criança: essa seria uma “aposta otimista na natureza infantil e na educabilidade da criança” (CARVALHO, 1997, p. 279).

Se o desejo da geração de intelectuais dos anos 1930 era enxergar a educação como “recurso privilegiado no processo de construção do novo perfil de cidadão adequado ao Brasil em mudança” (NEVES, 2002, p. 354), eles serão responsáveis por endossar a contribuição da educação para a consciência nacional unificada, superando as contradições sociais; compreendida desta maneira, a escola se apresentaria como excelente laboratório do microcosmo social, não apenas por denunciar a complexidade nela impregnada, mas também por se apresentar como espaço da experimentação na proposição de normas consoantes com as exigências racionalistas da nova sociedade.

Ramos, na nossa hipótese, ao trazer todos os elementos interdisciplinares, contribuiu para uma agenda nascente de pesquisas sobre as crianças, e também para uma agenda de novos processos sociais envolvendo os atores do campo educacional, principalmente no que se refere à relação entre família e escola, o que se tornaria uma preocupação das pesquisas sociológicas da educação entre as décadas de 1950 e 1960, que: “viu no meio familiar de origem, em particular em sua dimensão sociocultural, um poderoso fator explicativo das desigualdades de oportunidades escolares entre os educandos”. (Nogueira, 2005, p. 564). Na concepção do médico antropólogo: “Os problemas da criança só podem ser compreendidos no mundo atuante dos seus círculos de família e de sociedade” (Ramos, 1950, p. 10).

A proposta é entendida na nossa perspectiva, como um projeto educacional forjado a partir do momento em que a escola, em parceria com o saber médico, psiquiátrico, psicológico

e socioantropológico, buscou “corrigir” os problemas apresentados por seus alunos a partir de políticas derivadas de diversos interesses, para uma resolução dos principais problemas que acometiam a infância.

Os investimentos estatais nos processos de institucionalização e difusão da educação escolar no Brasil se intensificaram nas primeiras décadas do século 20, e a articulação entre saúde, educação e infância emergiu como uma questão de suma importância a ser projetada no futuro nacional; como consequência, crianças passam a ser considerados objetos de intervenção, e a escola, a responsável por prepara-las para a vida em sociedade. Deste modo, havia a preocupação para a consolidação de um tipo de infância apropriada à sociedade que vislumbrava um futuro moderno e civilizado. Por isso os cuidados específicos destinados à materialização da criança saudável, que iam desde a gestação da mãe, o nascimento, aspectos ligados à alimentação, até as formas de socialização, comportamento e processos educacionais. Em 1933 foi criada no Rio de Janeiro a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental (S.O.H.M) no Departamento de Educação do Distrito Federal, dirigida por Arthur Ramos entre 1934 e 1939.

O trabalho desenvolvido por Arthur Ramos nesta instituição permitiu o surgimento de uma distinção ainda desconhecida na educação brasileira entre criança com problemas emocionais e aquelas que apresentavam deficiência intelectual, que na pedagogia tradicional eram tratadas e forma indiferenciada como criança anormal, cujos reflexos também reverberaram na seara da psiquiatria infantil. (ABRÃO, 2020, p. 16).

Em suas análises, Ramos observou a necessidade de inverter os dados clássicos da criança chamada “anormal”. Esta definição englobava a maioria de crianças que por diversas razões não podiam desempenhar os seus deveres de escolaridade, em paralelo com os outros companheiros, os “normais”. Entretanto, os estudos comprovam que apenas uma porcentagem insignificante destas crianças mereceria, a rigor, a denominação de “anormais”, ou seja, aqueles escolares que, devido aos “defeitos constitucionais”, hereditários, ou das diversas causas que lhes produzissem um desequilíbrio das funções neuropsíquicas, não poderiam ser educados no ambiente escolar comum (RAMOS, 1950, p. 13).

O termo “anormal escolar” foi cunhado principalmente pela pedagogia francesa, e segundo Ramos, seu estado começou no interior dos hospícios, com a campanha para a instalação de pavilhões especiais para os “idiotas”, generalizando o termo. Assim como o homem primitivo, cuja “selvageria” foi uma criação dos civilizados, também na criança, o conceito de “anormal” foi, antes de tudo, o ponto de vista adulto, a consequência de um enorme sadismo inconsciente dos pais e educadores (RAMOS, 1950, p. 17).

Nesse período de 1934 a 1939, o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental estudou centenas de casos. No estudo era registrado na “Ficha do Serviço” as equipes valiam-se do “método de observação poligonal” – observação incidental e sistemática, descrições qualitativas, narrativas bibliográficas, questionários, medidas objetivas, dados obstétricos da mãe, condição de moradia, dados antropométricos, “fachada” temperamental e caracterológicas (MONARCHA, 2009, p. 281).

Conforme Xavier e Pinheiro (2016, p. 183), educadores como Anísio Teixeira defendeu uma educação científica associada à adoção de métodos pedagógicos ativos, alertando que a formação de atitudes racionais, livres do pensamento místico. Os professores das Escolas Experimentais tinham como procedimento a elaboração de relatórios semanais das atividades desenvolvidas. Em carta enviada por Anísio Teixeira a Arthur Ramos, em 1939, ele não poupa elogios ao seu colaborador, afirmando que a S.O.H.M agiu como um “ladrão no meio da noite”, para realizar um verdadeiro “ensaio de educação moral científica”.

A linguagem médico-psiquiatra deixa escapar a força do ideário higienista da época, e o atraso do aluno constituiria um desvio de certo padrão de velocidade de aprendizagem, associada, por sua vez, a uma suposta limitação mental. Nas palavras de Arthur Ramos (1934):

É hoje um ponto dominante da Escola Nova, a colaboração estreita entre a escola e o lar. A escola já não mais considerada como desempenhando simples atividade de instrução, desinteressada do aspecto educativo em geral da criança. Hoje é ela um centro de grande atividade social, centro de coordenação e de disciplina, onde se aprendem, não só as matérias instrutivas, mas as disciplinas de vida. Ela é chamada a intervir e largamente na vida do lar, orientando e educando (RAMOS, 1934, p. 388-9).

A geração de intelectuais de Arthur Ramos, advindos da chamada escola Nina Rodrigues, agrupavam pesquisas na área da medicina-legal, da psicologia, da antropologia, e da questão racial. Luiz Duarte (1999) ressalta que Ramos é um dos personagens eminentes da “psicologização” do campo intelectual brasileiro, responsável pela transposição desse processo para o plano das interpretações da vida coletiva nacional. O interesse em questões etnográficas, como a “loucura”, as “drogas” ou a “sexualidade desviante”, aproxima os antropólogos dos saberes psicológicos, e os torna interlocutores frequentes, inclusive em torno de questões de regulação moral.

A psicanálise lida por Ramos (e por seus contemporâneos), era fundamentalmente uma teoria da “civilização” ou “educação” individual. A teoria freudiana era consumida sobretudo pela via da oposição entre “inconsciente” mais “primitivo” e uma consciência capaz de se “educar”, de se controlar (eventualmente, autocontrolar) pela própria via dos novos “recursos psicoterapêuticos” colocados à disposição do processo civilizatório. (DUARTE, p. 15, 1999).

Conforme Ramos, o Serviço seria responsável por aconselhar os pais subordinados aos seguintes itens do seu programa: 1. A escola e a família; 2. O ambiente parental e a criança pré-escolar; 3. A habitação e a higiene mental; 4. A vida da criança no lar; 5. O problema psicológico do filho único; 6. O filho amado e o filho odiado; 7. O filho amado e o filho odiado: casuística; 8. Os irmãos e os conflitos familiares; 9. Outros parentes e sua influência sobre a personalidade da criança; 10. A formação mental dos pais e dos educadores (RAMOS, 1939, p. 4).

Deste modo, a escola era tida como uma grande interventora na vida do lar, orientando os pais ou responsáveis pelas crianças que apresentavam conflitos de adaptabilidade escolar, dificuldades de aprendizagem ou comportamentos considerados inadequados para o ambiente e seu pleno funcionamento.

De acordo com Ronaldo Garcia (2010), por mais que Ramos nunca tenha se autodenominado pedagogo, era inegável que suas obras e propostas tinham um objetivo educacional, já que ele via a escola como uma instituição capaz de promover mudanças de hábitos, de superar velhos tabus e de preparar indivíduos física e mentalmente saudáveis, capazes de avançar para patamares mais altos do desenvolvimento humano e social. Ramos e uma geração de médicos estavam envolvidos nos objetivos de renovar a sociedade brasileira por meio do ensino. Eles se propunham a pensar um modelo de educação que levasse em conta as contribuições da higiene mental, da psiquiatria e da psicanálise. Nas palavras do autor:

Assim, como Ramos mesmo confirmava, o conhecimento sociológico e antropológico era imprescindível para o trabalho do higienista mental. As influências do meio se referiam à família, mas não se limitava a ela, estava também na escola, na religião, no trabalho e outros ambientes. No entanto, era na família e, especialmente na infância, onde se

encontravam muitos dos problemas que o sujeito enfrentava na vida adulta. Como psicanalista vai buscar na primeira fase da vida a explicação para as neuroses, desajustamentos e conflitos psíquicos que o sujeito vivia quando atinha a maioridade (GARCIA, 2010, p. 152).

As observações que mencionaremos aqui com o intuito de analisar as principais causas atribuídas ao mau desenvolvimento da infância ressaltam os motivos e os pormenores dos seus ambientes de criação. A perspectiva ambientalista do autor e de toda uma geração de profissionais envolvidos com o desenvolvimento e a evolução da criança naquele período, traz como elemento a degradação humana de muitas famílias que geram o tipo de criança escorraçada, o que é muitas vezes motivado pela promiscuidade, agravada pelo uso excessivo do álcool pelos pais, também pelo sexo descontrolado, e pela violência.

Ramos não negava o caráter hereditário de muitos fenômenos humanos, tanto organicamente como psicologicamente, entretanto segundo Cátia Papadopoulos (2011), ele não defendia a onipotência da hereditariedade e, sim, a influência do meio, principalmente familiar, além do cultural, no sentido mais amplo, envolvendo a formação da personalidade do indivíduo. Por isso atribuía a importância do estudo da criança inserida nas suas constelações de família.

“O meio familiar como um todo era o ponto principal de atuação da higiene mental, porém cumpre frisar que a mãe era colocada em uma posição de relevância e de responsabilidade nesse cuidado infantil” (PAPADOPOULOS, 2011, p. 116).

As famílias tidas como desajustadas, desestruturadas ou não convencionais, foram vistas como imposição para o fracasso escolar, e perpetuadora das relações de pobreza e degradação humana, no entanto, a escola é apresentada como possibilidade de correção, já que ela apresentava características de neutralidade e republicanismo, além de ser formada por um corpo técnico altamente especializado, e capaz de formar um indivíduo identificado com os valores considerados saudáveis da sociedade. Uma educação moral e cívica deveria assentar a unidade harmônica entre família e escola, ambas instituições concebidas como duas faces que derivam o mesmo ambiente onde a criança estava inserida.

As conexões entre as principais instituições por onde as crianças circulavam, a família e a escola, cuja primazia para ajustar e preparar a criança pendia importância maior para o ambiente escolar, uma vez que através das observações do corpo especializado, havia incoerências entre valores escolares e valores familiares, os primeiros tidos como modernos e de acordo com as exigências do momento, e os segundos, muitas vezes contaminados pelo meio ambiente inóspito e pobre, vivenciado pelas crianças desajustadas.

A obra de Ramos pode vir a ser lida um bom termômetro para observarmos a constituição da infância como objeto e preocupação de diversos saberes, e ao mesmo tempo, trazer a criança como objeto de intervenção, num contexto de difusão da escolarização no Brasil, ilustrando a preocupação para a consolidação de um tipo de infância apropriada à sociedade que se vislumbrava à época, sadia, moderna e civilizada.

Para a exposição do argumento, dividimos o texto do seguinte modo: no primeiro momento observamos os principais movimentos republicanos a fim de salvar a infância do abandono moral e físico ao qual muitas crianças estavam submetidas, principalmente nas regiões recém urbanizadas, este foi o momento em que a infância começa a ser vista como necessário campo de intervenção de políticas públicas e de intelectuais. No segundo, observaremos como Arthur Ramos realiza uma interrelação direta entre a situação de pobreza das famílias e o escorraçamento ao qual muitas crianças geradas em famílias não convencionais estariam sujeitas. A atenção especial dada a esse tipo de criança perpassa seu processo de aprendizagem e sociabilidade, lugares específicos onde a relação escola e família adquire centralidade e a perspectiva ambientalista adotada estabelece uma simetria direta entre meio e distúrbios de personalidade. Por fim, abordaremos o papel atribuído à figura feminina em relação aos cuidados

das crianças, às mulheres foi atribuída uma carga pesada em relação aos desajustamentos infantis, ora pela ausência da figura materna, ora porque aquelas que estavam nesse lugar, eram consideradas como inaptas para a realização das suas funções atribuídas pelos olhares vigilantes dos homens que possuíam o diagnóstico e as soluções para enfrentar os problemas infantis. Em muitas ocasiões, as mulheres protagonizaram males à saúde mental dos filhos.

Como observaremos, a partir desse paradigma de compreensão da infância, torna-se necessário o cuidado não apenas da saúde física da criança, nutrição, bem estar físico, mas também do seu equilíbrio psicológico e de sua personalidade.

A emergência da infância como problema social

Segundo Irene Rizzini (2011) “O problema da criança” começou a adquirir uma dimensão política nas duas primeiras décadas do século 20, consubstanciado no que muitos denominavam de “ideal republicano”, que atribuía centralidade à criança, que se converterá como a grande legitimadora das ações disciplinadoras que se desenvolvem sob o pretexto de velar pelo progresso do Brasil.

“Assim, a infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, era tratada, na opinião dos juristas, como caso de polícia, e de simples repressão urbana” (LONDOÑO, 1995, p. 140). Corresponde a essas transformações, ainda, a profissionalização da atenção à infância ocorrida ao longo do século 20, que conduziu ao desenvolvimento da área do serviço social, de modo a redimensionar a questão da assistência social. Eduardo Nunes (2012) ressalta que essa nova área do conhecimento e de ação apresentou-se como capaz de diagnosticar a sociedade e estabelecer prescrições, por meio de pareceres sociais, a respeito do que deveria ser adotado no “tratamento” de crianças e de familiares. A nova técnica estava pronta para ocupar seu espaço na ciência, na ação pública, na vida íntima das crianças e dos adolescentes pobres e de suas famílias.

Todo esse histórico conduziu para a construção social do “menor”; como refletem Cifali, Chies-Santos e Alvarez (2020), não foi um processo linear, organizado exclusivamente pelos juristas da época. Sim, tratou-se de um discurso que apresentou crianças e adolescentes nas ruas dos grandes centros urbanos como figuras da desordem, que apareceu em diversos momentos, tanto nos discursos políticos, quanto igualmente na imprensa. “Formas de rotulação e de estigmatização da infância pobre, sobretudo nos grandes centros urbanos em acelerado crescimento na época, também emergiam, sem dúvida, no cotidiano das práticas policiais” (CIFALI; CHIES-SANTOS; ALVAREZ, 2020, p. 200).

Marcos César Alvarez (2014) analisa que, mesmo que desde o final do século 19 já houvesse a discussão sobre a necessidade de legislação e instituições voltadas para as crianças e adolescentes, tais debates acabaram levando à conformação de leis e práticas institucionais especialmente estigmatizadas que, durante décadas, adjetivaram crianças e adolescentes pobres como “menores”, ou seja, como indivíduos potencialmente perigosos e inclinados à delinquência precoce.

Desde as primeiras discussões realizadas por médicos e juristas que percebiam a situação das crianças e adolescentes pobres nos grandes centros urbanos ao mesmo tempo como parte da “questão social” mas sobretudo como um problema de “defesa social”, até as discussões que culminaram na edição do primeiro Código de Menores do país, promulgado em 1927, constituiu-se todo um processo de “menorização” desse setor da população, processo este que acabou mais agravando do que resolvendo os problemas sociais que pretendia equacionar. (ALVAREZ, 2014, p. 113)

A criança pobre e sua família passaram a ser objeto de inúmeras ações do governo, deixando de lado seu isolamento moral e social. Como aponta Jerry Dávilla (2006), as elites brasileiras da primeira metade do século 20 tendiam a acreditar que os pobres e não brancos eram, em sua maioria, degenerados, assim as escolas foram se definindo como clínicas em que os males nacionais associados à mistura racial poderiam ser curados. Essas políticas estavam imbuídas de lógica médica e científica-social, o Rio de Janeiro era entre 1917 e 1945 a maior cidade do Brasil e, como capital federal atraía as energias de reformadores educacionais de toda a nação.

Foi dessa maneira que as atenções à infância como um problema social ganharam relevo, e a perspectiva a partir desse momento se deslocou das práticas punitivas para aspectos do cuidado e da proteção, assumindo, portanto, que as crianças deveriam ser seres tutelados pelo Estado. As ferramentas teóricas e científicas que nutriam a formatação das políticas públicas educacionais estavam fundamentadas numa análise fundamentada no entorno holístico da criança, que passou a ser alvo da atenção de professores, educadores em geral, psicólogos e médicos, a fim de corrigir o que a família, a instituição de socialização primária, pudesse ter falhado. Portanto, a partir da análise do ambiente doméstico, esperava-se encontrar o motivo da criança ser vista como um problema no ambiente escolar. Nesse sentido, um dos elementos fundamentais que estava em voga naquele momento é o processo de estabelecer a universalização da escola primária, já que é no interior desse espaço institucional que a criança seria preparada para a vida social.

Esse contexto educacional brasileiro dos anos de 1930, estava muito influenciado pela valorização de formas institucionalizadas na socialização da criança, e do reconhecimento da função da educação escolar como condição para um país livre e civilizado.

Marcus Vinícius da Cunha (2007) apontou que o escolanovismo diferia do antigo modelo educacional, desde então denominado “tradicional”, a partir de um apoio do conjunto de saberes e técnicas que permitia conhecer as particularidades individuais e controlas objetivamente os fatores envolvidos no processo de ensinar e aprender. No empenho normalizador, a família era alvo privilegiado, pois era sabido que nada de produtivo e duradouro poderia ser feito com a criança na escola se não houvesse receptividade aos procedimentos pedagógicos no ambiente doméstico.

“A família, portanto, deve enquadrar-se, ou ser enquadrada, nos princípios ditados pelo discurso educacional renovador” (CUNHA, 2007, p. 457).

Ao atentar-se ao cotidiano da criança, a partir de uma análise multidimensional, articulando elementos micro e macrosociais, Ramos trouxe o referencial teórico da antropologia, da psicologia, da sociologia e da história para o âmbito educacional:

O pensar e agir sobre as políticas oficiais de assistência à infância no início do século era privilégio de uma elite formada por autoridades, intelectuais, pessoas da boa sociedade, incomodadas com uma situação que começava a se constituir como um problema que podia fugir do controle, principalmente do Estado (RIZZINI, 2011, p. 280).

A escola seria concebida como o espaço público de atuação das crianças, portanto, transmitem imagens de disciplina e hierarquia. Ramos aponta que os casos de desobediência e indisciplina são, na sua grande maioria, de crianças escorraçadas no lar, ou abandonadas moralmente, que desenvolvem sentimentos de inferioridade como tentativas de super compensação. Estas crianças explodem na escola os seus sentimentos de vingança e agressão, contrariando as regras de disciplina escolar, revoltando-se contra

a autoridade, como um meio de, duplamente, vingarem-se dos adultos que as escorraçam, e de afirmarem a sua personalidade.

O mapeamento das dificuldades infantis ao se articular e se estabelecer como corpo escolar conformado, coeso e harmonioso, realizado pelos profissionais envolvidos no projeto da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, criou uma lista de recomendações e estabeleceu uma tipologia das crianças problemas, conforme a divisão dos capítulos do livro: a criança mimada, a criança escorraçada, a criança turbulenta, e o filho único.

Apesar do estabelecimento desta tipologia generalizante, Laura Lima (2006) afirma que a educação escolar deveria atender às características individuais dos alunos, mas também concordava que o objetivo último desse investimento não seria o aluno, mas sim, a sociedade.

As políticas de atenção atreladas principalmente nos pilares saúde e educação redefiniram a perspectiva da infância, uma vez que a criança é inserida como elemento central da vida familiar, pois representa o futuro, o que provocou alterações na organização da vida doméstica, incluindo como questão a ser sanada a organização do amor parental, a reorganização das leis de amor e sexo, e de convivência entre adultos e crianças na vida familiar.

A relação entre pobreza e escorraçamento.

Conforme Roberto Franco Reis (2000), a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), instituição criada no começo da década de 1920, reunia a elite da psiquiatria brasileira, médicos e outros intelectuais, incluindo Arthur Ramos. Para este grupo a criança era encarada como um “pré-cidadão”, uma “peça fundamental do homem do futuro”, os psiquiatras da liga incluem a questão infantil nos seus projetos, passando a consolidar imperiosamente a necessidade de cuidados desde a mais tenra idade: “Com efeito, a criança, diante da pesada herança racial pretérita, representava o bálsamo do futuro viável” (p. 6).

Nesse sentido, o movimento de higiene mental procurou contribuir também para a formação de uma concepção de família nuclear e conjugal “mentalmente saudável” e “moralmente higiênica”, nas décadas de 1920 a 1940, no Brasil. Moura e Boarini (2011) comentam alguns encaminhamentos propostos pelos higienistas: instruir a população em relação aos cuidados gerais de saúde; procurar zelar pela saúde coletiva; procurar desenvolver cuidados voltados para a puericultura, o controle das doenças transmissíveis e hereditárias; desenvolver atendimento domiciliar por meio de profissionais visitantes; propor o cuidado físico e mental no seio familiar.

No livreto denominado *Família e escola*, da coleção de divulgação científica da Prefeitura do Distrito Federal, fica claro o objetivo do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental – S.O.H.M -, criado por Teixeira, em 1933, e chefiado por Arthur Ramos, a partir de 1934:

Um verdadeiro trabalho de higiene mental visa prevenir a eclosão de desvios mentais na criança com defeitos de caráter, conservar e orientar a criança normal e corrigir a criança mal ajustada. Prevenindo e orientando, porém, a higiene mental sai do âmbito das escolas e penetra largamente nos lares e na vida social. É um verdadeiro deslocamento do seu eixo de ação - do problema do tratamento para o da prevenção e orientação. (RAMOS, 1934, p. 7)

Na obra analisada de Arthur Ramos, a tipologia de alunos estabelecida se deu a partir da análise das fichas ortofrênicas (cerca de 2.000 fichas) dos alunos assistidos pela Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, que surgem num ambiente social determinado: a sociedade brasileira à época, que buscava delinear uma mudança nas estruturas da personalidade da

criança, em direção ao autocontrole e a disciplina, a partir das relações familiares, dos modos de criação das crianças, da habitação, do corpo, da saúde, da doença e da vida em geral.

Ricardo Andrade (1994) ressalta que a penetração da psicanálise no Brasil se deu graças a uma aliança entre a psiquiatria e o Estado, visando a elaboração de um projeto preventivo de higiene pública nos centros urbanos, incluindo os órfãos do Império: os recém libertos escravizados, indígenas, brancos pobres e imigrantes.

“Desde o início do século XX e em particular nos anos 1930, a Psiquiatria brasileira deu muita importância à incidência e à prevalência dos diversos tipos de doença mental e sua distribuição étnica” (COSTA, 1976, p. 111).

As fichas foram o resultado de observações, codificações e juízos das visitadoras, professoras, médicos e psicólogos que inferiram sobre essas crianças, há fichas em que a fala do escolar aparece, mas a escrita não é sua; versavam sobre um rol de temáticas que perpassavam as vidas dos escolares, como por exemplo: “sexo” do investigado, etnia, caracterização do pai e da mãe (nacionalidade, profissão e estado de saúde), quantidade e idade de irmãos, local de moradia (qualidade da casa), se houve “anormalidade” na história obstétrica materna, a alimentação, horário que dorme e acorda, se brinca ou não, comportamento na escola, peso e altura, e se apresenta no exame orgânico algum sinal de doença. Observa-se, portanto, uma análise que privilegia etapas de sucessões cronológicas das crianças, como se todas seguissem a mesma sequência de desenvolvimento.

Conforme as análises de Silveira (2019), Ramos compreendia a Ficha como um “exame geral” que deveria ser aprofundado por um corpo de profissionais com preparo técnico e especializado. O autor buscou acessar informações sobre a indisciplina escolar durante a década de 1930, no Rio de Janeiro, sob a ótica da cultura escolar, interrogando as formas pelas quais as crianças empreendiam as atitudes que levavam a encará-las como um problema para as escolas ou ainda, como um problema de toda a sociedade:

a criança e seu comportamento passavam a ser entendidos mais pelo viés da influência dos desajustamentos do ambiente social e familiar e menos pelo entendimento determinista biológico, o que garantiria que muitas das crianças consideradas “anormais” e assim, afastadas do convívio escolar nas escolas comuns, pudessem ser pensadas sob a ótica da recuperação. O desenvolvimento deste processo a partir da S.O.H.M foi marcado, entretanto, pela presença de outros campos do conhecimento em que Ramos estava envolvido, sobretudo o da Psicanálise e da Antropologia (SILVEIRA, 2019, p. 123).

Esse exame e registro das características individuais das crianças em suas relações com a institucionalização médica no interior das escolas, auxiliou no processo de classificação dessas crianças, e ao mesmo tempo, tentou abranger a “totalidade” do organismo humano (Mokrejs, 1987, p. 102). Essa espécie de dossiê médico, psíquico e pedagógico de todos os elementos que cercam as crianças visava diminuir seus fracassos escolares e sociais, o que significava no futuro um benefício para toda a sociedade.

Carlos Monarcha (2009) ressalta que a ferramenta psicanalítica poderia intervir na educação, moldar seu ego à civilização. A visão científica tendia a perceber a infância pelo ângulo da causalidade negativa: impulsos, instintos, recalques, complexos, renúncias, derivações, fixações, fenômenos que, segundo os profissionais, conspiravam contra o aparecimento da pessoa madura e racional.

A urgência de efetuar uma psicoterapia com vista à formação de “eu” anormal, pode ser adequadamente socializada e autenticamente individualizada, daí o ímpeto de transportar os progressos da ciência para a escola e para o lar e propiciar a correta formação mental em alunos,

professores e pais. “O moderno higienista mental das Escolas deve fugir às classificações rígidas que visam dar ‘rótulos’ às crianças desajustadas” (RAMOS, 1950, p. 21).

Ramos ainda aponta que não precisamos insistir nas causas puramente orgânicas, de muitos déficits de rendimento escolar. As clínicas de Higiene Mental devem posicionar o tratamento médico orgânico de todos os defeitos e doenças encontrados, além da assistência alimentar e higiênica, em colaboração estreita com os órgãos médicos, clínicos, dentários e a escola.

Se o estudante problema é resultante de vários fatores desajustados do seu ambiente familiar e escolar, seria com a análise e o esclarecimento desses fatores, que reajustamos a situação. Ramos tentou, portanto, compreender a partir do que era ausente na personalidade da criança, essa adaptabilidade aos preceitos escolares, desse modo, estabelecia um padrão comportamental considerado moderno naquele momento histórico.

Ramos (p. 40) pontuou que o homem é produto de sua civilização e de sua sociedade. Esse estudo é objeto específico da sociologia e da antropologia cultural, ciências as quais a higiene mental pedia auxílio inestimável. Havia, portanto “condições deformantes” presentes no meio social e cultural, que eram adversas à saúde do espírito, e no caso das “crianças problemas”, essas adversidades ingressaram no ambiente escolar, por isso a necessidade de perceber quais eram as causas dos desajustes e das inaptidões de aprendizagem dessas crianças.

O objetivo da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental era auxiliar os alunos das escolas públicas vistos como “incapazes de aprender”, para tanto, eram submetidos a uma série de avaliações médicas e psicológicas, de modo que os resultados dos diagnósticos precisos sobre os comportamentos auxiliavam no processo de desenvolvimento intelectual e de ajustamento às instituições sociais.

Ramos, em *A criança problema*, reforçava a necessidade da colaboração estreita entre escola e lar, até então o papel da habitação no desenvolvimento da criança estava sendo estudado pelos higienistas apenas sob o ponto de vista da higiene geral. Do ponto de vista psicológico esse fator não era levado em consideração pelos educadores e ortofrenistas, mas a leitura do curriculum vitae das crianças mostra as influências poderosas dos meios desajustados, de conflitos domésticos, de escorraçamento afetivo, de péssimos modelos a imitar, de fadiga em função da subnutrição e do trabalho, tudo isso determinando mau ou nenhum rendimento na escola, além de problemas de personalidade e de conduta.

Conforme Ana Laura Godinho Lima (2004), a maioria das crianças problemas era identificada entre populações de maior risco, ou porque eram muito pobres, ou porque viviam em famílias “desestruturadas” em que faltava o pai ou a mãe trabalhava fora de casa, ou foram geradas por mulheres solteiras na adolescência. A grande maioria das crianças escorraçadas vem de lares desajustados, de meios economicamente pobres. O pauperismo carrega em seu conjunto múltiplas condições de desajustamentos: subalimentação, alcoolismo, a doença as reações antissociais. O pauperismo conduz a outras condições desfavoráveis no lar, desajustamentos de toda sorte que vão prejudicar a formação mental da criança. A vagabundagem, a gazeta à escola, a vadiagem das crianças são, numa grande maioria de casos, a consequência do abandono moral dos pais, são crianças sem lar que se atiram à vida.

Como se percebe através das fichas de observação dos alunos, há um deslocamento do olhar da herança genética para o meio em que o aluno desajustado está inserido. Por mais que o pertencimento étnico heteroidentificado pelos observadores esteja sempre presente, ou seja, as descrições das fichas se iniciam com a descrição de gênero e da cor do escolar. Ademais, a partir das fichas de observação dos alunos, é possível notar como as interpretações sobre a pobreza e desajuste estariam interconectadas, conforme os dois exemplos abaixo.

Obs. 37 (Escola “Estados Unidos”, ficha nº 42 do S.O.H.M.). O. G., menino de 12 anos, cor branca. O pai, brasileiro, profissão de pedreiro, alcooliza-se com frequência, torna-se colérico nestas ocasiões, e

espanca os filhos por qualquer motivo. A mãe, brasileira, lavadeira, também trata os filhos com muito rigor, espancando-os. 6 irmãos, duas meninas de 1 a 10 anos, e quatro meninos, de 3, 5, 13 e 14 anos. Diz o menino que os avós maternos eram índios. [...]. Moram em casa alugada, habitação coletiva; não há acomodação para a criança, que dorme no mesmo quarto de toda família. O menino trabalha muito em casa, carregando pesos na cabeça. Nada pode ser apurado sobre a história obstétrica materna e a primeira infância do menino. Subalimentação. Deita-se às 22 horas, levanta-se às 4 (?): dorme com dois irmãos no mesmo leito. Levanta-se de madrugada, vai à feira fazer carretos, para ganhar dinheiro e entregar à mãe; arruma a casa, limpa os pratos, faz o café da manhã, encera casas. Não brinca em casa, porque não tem tempo e a mãe não deixa. Na Escola brinca com companheiros, com tendência a dominar. (RAMOS, 1950, p. 112).

Através dessa observação detalhada, notamos que se trata de uma família numerosa, com filhos de diferentes idades, há a descrição da herança racial indígena, habitação não é própria, além de ser coletiva, sem a garantia intimidade do cônjuge. A criança está inserida no mundo do trabalho infantil, é subalimentada e rigorosamente criada. A mãe trabalha para garantia do sustento da família, e o pai também desempenha função de trabalhador braçal, e se alcooliza com frequência.

Por meio da leitura das fichas, que nos introduz ao universo das relações familiares mais íntimas da criança, percebe-se uma intensificação do debate ao redor das relações entre a cultura, o meio e o desenvolvimento psicológico da criança, em busca das razões do seu desajuste escolar. Portanto, o tema da socialização extra escolar, especificamente na família, foi pauta imprescindível para bem suceder a higiene mental dos estudantes problemas.

As esferas públicas (escola) e a privada (família), estariam aqui intimamente conectadas. Esta ganha centralidade porque seria responsável pela transmissão de uma herança cultural, racial e social, o que pode ser determinante nas trajetórias e condutas escolares dos estudantes. É válido ressaltar que essa consciência de saúde fez parte das pautas de diversos projetos implementados sob a rubrica da educação sanitária. Sobre o assunto, adverte Marília Marques (2000, p.35), que foi a partir do final da década de 1910, sobretudo no pós-Primeira Guerra Mundial, que foram criadas condições para a educação sanitária se constituir como especialidade da saúde pública. Propunha promover a educação para a saúde, estabelecendo para tanto a prevenção como componente central dos programas de atuação.

A interação individual com as famílias, através de um corpo de profissionais, envolvendo educadoras, psicólogos, professores, tinha como objetivo definir, dentre outros, quais relações afetivas ou não estavam sendo consolidadas no seio doméstico, que poderiam ser benéficas ou nocivas às crianças. Portanto, a intermediação desses profissionais era de suma importância para o funcionamento eficaz e pleno do processo de escolarização.

Ramos agregou a caracterização de desajustamento do lar, a questão da legitimidade do filho, que segundo ele se constitui um problema a questão do filho não consanguíneo:

Na série de desajustamentos do lar, avulta o problema do filho ilegítimo. Infelizmente, isso constitui a maioria dos casos dos lares pobres das observações do nosso Serviço, das crianças dos morros, nascidas em condições econômicas deficitárias. Muitos desses problemas se confundem com os problemas gerais de desajustamento dos pais, com castigos corporais aos filhos, ralhos, interdições,

abandono moral... Às vezes, porém, o problema é decorrente da própria condição de ilegibilidade, arrastando conflitos entre pais e irmãos (RAMOS, 1950, p. 114).

Conforme a observação abaixo, o caso de desajustamento advém, além de outros fatores da inserção da criança em uma estrutura familiar não convencional:

Obs. 40 (Escola “General Trompowski”, ficha nº 37 do S.O.H.M). N. M., menino de 12 anos, cor preta. O pai, brasileiro, militar, sofria do coração; alcoólatra e tabagista, faleceu de intoxicação alcoólica, há dois anos; castigava muito o filho com pancadas. A mãe, brasileira, cozinheira, vive miseravelmente (não recebe soldo, porque não era casada). 4 irmãs, três meninas e um menino. A avó paterna mora com a família; não estima a criança; castiga-a muito. Moram todos, por favor, numa casa de um Forte; vivem de esmolas de associações de caridade. Vai a diversões, às vezes, pagas pelos soldados do Forte. [...]. Dificuldade no desenvolvimento do menino; gagueira. Subalimentação. Deita-se às 9 horas; dorme no mesmo leito com a mãe e uma irmã. Brinca às vezes no Forte, com os soldados. Na Escola, brinca com os companheiros, tendência a dominar. Atormenta os colegas, é fanfarrão, tagarela, mente e furta. Rói as unhas. É agitado, agressivo, barulhento, imaginativo, com alternativas de bondade e perversidade. Atenção deficiente, boa memória, aprendizagem regular. Pesa 31 quilos e 50 e tem 1m35 de altura. Maus hábitos de limpeza corporal. Nada de anormal ao seu exame orgânico. [...]. 1937 – há suspeitas de furtos. (RAMOS, 1950, p. 114-15).

Novamente nessa tipologia familiar temos a descrição étnica, as atividades profissionais dos pais, o número de filhos do casal, e neste último caso a ausência da figura paterna, já morta, em consequência do uso de álcool e tabaco. Os detalhes sobre o vício do pai, a miserabilidade da mãe e os castigos que a criança recebe da avó, aparecem como condicionantes do seu desenvolvimento, que conforme a descrição, não estava pleno, já que o menino apresentava gagueira e era e era subalimentado. Além dos detalhes morais de sua personalidade: tendência a dominar, falante, “fanfarrão”, mentiroso e furtador (ressaltado duas vezes na descrição).

Esse tema da adequação do lar para a criança estava em voga naquele contexto de publicação dos textos voltados para o desenvolvimento infantil da criança. A urbanidade e o Estado nacional pediam novos hábitos familiares, não à toa que as observações se atentam ao tamanho das casas, a arquitetura das mesmas, se eram ou não próprias. Os meios insalubres, muitas vezes conduziam a atos infracionais, a ausência do pai provedor e da mãe zelosa, a precariedade dos laços parentais e conjugais, eram tidas como elementos de insalubridades para essas crianças.

“A ideia de nocividade do meio familiar pode ser tomada como o grande trunfo médico na luta pela hegemonia educativa das crianças” (COSTA, 2004, p. 171).

Como apontou Martha Abreu (2000), a grande tarefa da higiene mental seria, portanto, estudar os fatores sociais e culturais que condicionavam o comportamento humano, especialmente o das crianças. Para tanto, localiza os males sociais no pauperismo, nos tóxicos sociais, nos desajustamentos, na doença, e, principalmente, na habitação.

Se a centralidade colocada nos desajustes do meio social substituiu a questão racial, a partir, principalmente, da década de 1930, novas ambiguidades e preconceitos em torno da pobreza passaram a rondar as visões sobre as “crianças problemáticas”, em geral pobres e negras; negras e pobres (ABREU, 2000, p. 137).

A meta da criança deveria ser se tornar o adulto livre de problemas e traumas vivenciados na infância, para tanto seria necessária a elaboração de um plano integrado em termos administrativos, práticas pedagógicas, recursos humanos, programação psicopedagógica, elementos multidimensionais de suma importância para compreensão da rede de interdependência na qual se insere a criança. A perspectiva saneadora se manteve e atingiu trágicos níveis.

A atenção detida na criança “escorraçada”, aliada à importância dada à constelação familiar, à ideia de “pais problemáticos” e à visão estereotipada das relações familiares nas classes pobres – “de um lado a criança mimada, superprotegida, de outro a criança do morro, da favela, do barracão em vida promíscua” dicotomizava ele – levou-o a relatar, nos quatro capítulos do “escorramento”, seguidos casos nos quais desajustes de famílias pertencentes às classes populares eram responsabilizadas pelo baixo rendimento escolar (PATTO, 2015, p.105).

A educação escolar, pelo seu lugar privilegiado que ocupada na sociedade brasileira do início do século XX, deveria, portanto, ter como objetivo vincular a criança à pátria, de modo que ela se sentisse integrada a esta e crescesse num ambiente equilibrado e saudável. “A escola, nas nações fortes, é a oficina da nacionalidade. É nela que se forja a tempera de ações dos povos que conduzem a civilização”. (GONDRA, 2005, p. 528).

A profissionalização da atenção à infância ocorrida ao longo do século XX conduziu ao desenvolvimento da área do serviço social, que redimensionou a questão da assistência social. Para Eduardo Nunes (2012), essa nova área do conhecimento e de ação apresentou-se como capaz de diagnosticar a sociedade e prescrever, por meio de pareceres sociais que deveriam ser adotados no “tratamento” de crianças e de familiares. A nova técnica estava pronta para ocupar seu espaço na ciência, na ação pública, na vida íntima das crianças e dos adolescentes pobres e de suas famílias.

Apesar de as fichas simbolizarem o efeito dos diversos registros de muitos agentes que compunham as equipes envolvidas no processo de institucionalização das crianças no contexto escolar, o livro *A criança problema* é resultado das escolhas narrativas de Arthur Ramos, portanto, a tradição da família foi formatada pelo olhar masculino, cujo modelo de família saudável, implicitamente vista como régua seria aquela composta pela mãe responsável e dedicada ao lar e aos filhos, o pai exercendo suas funções laborais e livre dos vícios, que residissem numa casa com espaço para os filhos se desenvolverem, limpa e organizada. Esse modelo não geraria o resultado de crianças desajustadas, e se tornou uma espécie de arquétipo do sucesso doméstico na expressão higiênica presente do livro.

A atuação das mães e mulheres na saúde mental das crianças:

Conforme Heloísa Rocha Pimenta (2009), a figura feminina representa um capítulo importante no tema da higiene escolar, pois, dentre outras funções, a mulher demarcava a formação de uma geração que seria o futuro da nação. Devido à falta de enfermeiras graduadas,

até aproximadamente a década de 1940, as autoridades sanitárias investiram na formação de educadoras sanitárias ou visitadoras.

As mães, orientadas pelas educadoras, visitadoras e pelos médicos, seriam as responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças, incluindo práticas desejáveis de asseio pessoal e do vestuário, da higiene do lar e da alimentação. Nesse sentido, revela-se também uma necessidade de educar também essas mães, criando disciplina e comprometimento com a nação que vislumbrava. Ana Paula Martins (2008) acentua que os lares seriam como laboratórios, que mede, calcula, pesa e anota dúvidas a serem sanadas pelo saber médico. O modelo de mãe é a mulher educada, bem informada, permeável às novas regras da puericultura e obediente ao pediatra de seu filho.

“Foi para consolidar esse laço – naturalizado e romantizado – que os médicos obstetras pediatras tanto escreveram e militaram procurando transformar as mulheres em mães devotas, discípulas obedientes e leitoras agradecidas” (MARTINS, 2008, p. 153).

No livro, Ramos (1950) especifica ainda mais as relações estabelecidas em lares onde há a ausência da figura paterna. “A criança órfã, abandonada, e o adotado que se sente escorraçado em casa, apresentam, além dos problemas de agressividade, fenômenos de compensação nos furtos e nas mentiras”. (p. 137).

Interessante observar que visão metódica e objetiva de um homem sobre os cuidados maternos trazia uma série de estereótipos que tentaram consolidar diferentes imagens da mãe – mesmo que esta não participasse mais da vida da criança – ora devota, rígida, trabalhadora, dedicada, ora pervertida, ausente e desleixada. Como revelam os dois casos a seguir:

Obs. 41 (Escola “Manuel Bomfim”, ficha n.º 134 do S.O.H.M.). M.L., menina de 8 anos, cor parda clara. Pai desconhecido. A mãe, brasileira, preta, foi seduzida aos 9 anos pelo chefe da casa onde morava e cedo começou a vida má. Entregou a filha a um casal que conheceu por acaso à porta de uma igreja. O casal batizou a menina e a tomou aos seus cuidados desde os três anos. A menina reside com a madrinha, que é casada com um advogado, e tem 4 filhos. Moram em casa própria, centro de terreno, de bom aspecto, com acomodação para a menina. A criança ocupa o quarto que pertencia à sobrinha do casal. Não há informações sobre a história obstétrica materna. Brinca de boneca, mas os brinquedos não lhe pertencem; são de T... uma das filhas do casal. Na Escola, gosta de brinquedos agitados. É desobediente, tendência dominar, atormenta os colegas, chora facilmente, é tagarela, emburrante, mente, come açúcar às escondidas. É agitada, agressiva, desconfiada, barulhenta. Pesa 24 quilos e tem 1m20 de altura. O exame orgânico revelou estigmas de lues congênita, hipertrofia das amígdalas. Do seu registro de observação, pela auxiliar do Serviço: março de 1948 – Por ter o cabelo curto e crespo os colegas chamam-na de “homem”. L... chora por isso queixa-se às professoras. Irrequieta, fala muito alto e solta gritos na sala. Trabalha pouco. Chora por qualquer motivo. Fica revoltada às vezes e não responde às professoras (RAMOS, 1950, p. 115).

Sobre o histórico da menina e de sua família, destacamos que possivelmente a mãe teve uma gravidez precoce, e tinha uma “vida má”, provavelmente, a partir de um sentido moralizador do termo, se dedicava à prostituição. Interessante atentar que a profissão do pai adotivo foi mencionada, é um advogado, que consegue prover muito bem a casa, que é própria, tem boas condições, incluindo acomodação para a menina. O detalhe dos brinquedos também chama atenção, pois apesar de ela ter acesso a eles, não lhes pertencem. O comportamento de

M.L ressaltado na observação é fortemente influenciado pelo fato de ser filha adotiva, e de maneira direta, a narrativa atribui à sua história pregressa as características de seu comportamento desajustado.

No caso abaixo, observa-se que a outra criança passava por sensíveis melhoras por estar na convivência de uma família adotiva composta pela figura paterna e materna, e por viver numa casa de bom aspecto:

Obs. 60 (Escola “Bárbara Ottoni”, ficha n.º 234 do S.O.H.M), I.S., menina de 8 anos, cor parda. Filha de pais ignorados. Consta que a mãe morreu louca, depois de uma vida desregrada. É adotada por uma senhora, que prestou as informações consignadas nesta ficha. Vivem em casa 3 pessoas da família e duas empregadas. Moram em casa própria, de bom aspecto. A menina deita-se às 21 horas, levanta-se às 7; demora a conciliar o sono; dorme só no leito. Mente muito, furta algumas vezes (em casa). Pesa 28 quilos e 500 gramas, tem 1m29 de altura. O exame orgânico revelou lues congênita. Do seu registro de observações: 14/3/1936 – Contou-nos a tutora I... que há dois anos tomou a criança para educar. O pai era ignorado e a mãe, vivendo do meretrício teria morrido louca, ficando a menina entregue a uma companheira de má vida. Quando a recebeu, era menina magra e suja, usava a pior linguagem, mentia e furtava guloseimas. Um ano depois, desesperada de corrigi-la, entregou-a ao Juiz de Menores mas logo depois sua filha de 16 anos, penalizada das más condições em que encontrou I... pediu à mãe que tornasse a receber a menina. Há um ano já, voltou para a sua companhia, e tem apresentado sensíveis melhoras. A princípio, quando repreendida, tremia e se urinava toda. Até hoje, a menina subtrai frutas, escondendo as cascas na sua gaveta. Quebra muitos objetos de casa, briga com as empregadas. No entanto, tem demonstrado afeição à filha do casal, e tem melhorado gradualmente. (RAMOS, 1950, p. 136).

A mãe biológica da criança, portanto, teria morrido louca, em decorrência de uma vida desregrada, e o pai era figura ignorada. No entanto, nesta observação há uma diferença ressaltada, que são as sensíveis melhoras pelas quais a menina vinha passando, dentre elas é a demonstração de afeição ao casal que a adotou, o que sugere que a criação numa estrutura familiar convencional, com boas condições financeiras fazia a diferença para o seu destino.

O foco principal das observações era ressaltar a presença de alguns obstáculos a serem superados para que a criança vivesse sob condições consideradas dignas, que proporcionassem seu bem estar e adaptabilidade ao ambiente escolar. No entanto, por mais que Ramos tivesse superado interpretações de cunho biologizante e o termo anormal, algumas observações e análises do autor não deixam de articular a questão da raça e de modelos familiares tidos como “alternativos” como uma das principais causas de determinados distúrbios infantis.

Ao indicar o papel da mãe como privilegiado na manutenção da estabilidade psíquica da criança, os filhos de famílias monoparentais, adotivas, ou simplesmente criadeiras, em sua maioria, passavam por distúrbios. Nesse sentido, haveria uma espécie de consenso em relação à precariedade da situação moral e sanitária das famílias e o desajustamento infantil.

As mulheres simbolizavam as primeiras referências para a organização do lar, para tanto, deveria estar em casa, cuidando do espaço domésticos e de sua prole. Por isso eram comuns orientações especiais para a mãe, a partir de hábitos de disciplina e de saúde. Além disso, nota-se uma obrigatoriedade de a criança estar institucionalizada na escola, conforme

esse modelo desenhado a partir da atuação sanitária, a na família, desde que esta também conservasse características tidas como saudáveis, através de sua convencionalidade.

Dessa forma, Arthur Ramos lançou mão de uma gama de preceitos, como higiene, medicina preventiva, serviços de assistência social e psíquica, análise da inserção familiar e escolar da criança, suas aptidões pedagógicas, condições sociais etc., esboçando, assim, uma tendência de análise holística e interventora sobre o sujeito criança, por isso suas preocupações apresentam um amplo debate interdisciplinar, para além do ambiente escolar.

Observa-se que há uma grande aposta nas intervenções vitais dessas crianças, a suposta predisposição para a educabilidade conduziria a homogeneização do público escolar, nesse horizonte, critérios raciais, nem sempre explícitos, traçavam os limites das “boas intensões” republicanas de levar educação a todos, de forma universal, “[...] operando a distinção entre populações educáveis, capazes portanto de cidadania, e populações em que o peso da hereditariedade (leia-se, sobretudo, raça) era marca de um destino que a educação era incapaz de alterar”. (CARVALHO, 1997, p. 299).

Nesse sentido, as clínicas instaladas no Rio de Janeiro, conforme Ramos (1950), foram uma experiência inovadora para o país, e foram responsáveis pelo extenso desenvolvimento de um programa de ação. As primeiras clínicas de higiene mental eram compostas por técnicos distribuídos em quatro divisões ou setores especiais, social (serviço social, professores, visitantes), psicológico (exame psicológico de fundo mental e aptidões pedagógicas), médico (exame de fundo orgânico) e psiquiátrico (exame mais extenso de todos os desajustamentos emocionais e psicológicos desde os casos fronteiros, até os aspectos mais graves de neurose e psicose).

Ramos também depreendeu dos estudos das constelações familiares, que outras personagens dos lares também deveriam ser investigadas: avós, tios, padrinhos, domésticos e outras pessoas do ambiente familiar, que exerciam influência sobre a criança. Além disso, mencionou a grande importância para a higiene mental das amas de leite.

Em alguns casos mencionados em sua análise, percebeu que quando essas ligações eram estreitas, formavam-se grandes binômios: as amas chamam as crianças “meus filhos”, derivando nelas os seus desejos maternos, e uma série de desajustamentos pode estabelecer-se na balança familiar. Os casos frequentes são ciúmes dos pais, pelos “direitos” de que se julga possuída a ama, defesas que esta faz do seu pupilo, diante dos pais e dos irmãos, criando conflitos:

A criança pode desenvolver-se com uma intensa ligação à sua criada como no caso dessas amas de família, típicas na organização patriarcal. Muitas vezes é a imagem da ama que se destaca no primeiro plano das recordações infantis, ficando a imagem da mãe muito esbatida ou relegada a uma importância secundária. (RAMOS, 1950, p. 214).

Mariza Corrêa (2007) assinala que num país de condição e de cultura colonial, a babá muitas vezes esteve ligada às perversões infantis, estigmatizada por possivelmente transmitir doenças e maus costumes, pois de sua pobreza advinha o perigo forasteiro para as famílias, mas apesar disso, era a cuidadora substituta e emergencial. Neste caso, ressalta-se a concepção assimétrica das relações entre mães biológicas e as babás, pois a prioridade para exercer a função materna seria a da mãe biológica.

A autora menciona Gilberto Freyre, que ao analisar as relações entre a Casa-Grande e a Senzala afirmou repetidamente que era no convívio íntimo com as mães pretas que se desenvolvia a atração dos brancos. Para o estabelecimento da higiene mental, segundo as recomendações de Ramos, o cuidar e educar da criança simbolizava a introdução de hábitos modernos, e as babás, amas de leite e domésticas em geral, começam a ser vistas como herança de um passado que deveria ser superado. Nesse item, nota-se também que as práticas populares

de medicina, cuidado, alimentação são desvalorizados em nome do procedimento institucional e objetivo da ciência.

O modo de criar, educar e institucionalizar a criança passava por uma revisão crítica na proposta de Arthur Ramos na obra *A criança problema*, através do exame empírico de muitos casos de “desajustes”, como ele mesmo ressaltou, o indivíduo deveria estar ajustado aos seus sucessivos ciclos de vida, e em consonância com o equilíbrio que as prescrições da higiene mental indicavam como corretas. Deste modo, delineava-se uma alteração nas estruturas da personalidade dos indivíduos, em direção ao autocontrole disciplinado.

Considerações finais

As orientações de cunho sanitário e moral oferecidas pelos profissionais diversos que atuaram no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental tinham o sentido de normatizar as atitudes da vida privada (casa e família) e pública (escola) das crianças e famílias que apresentavam problemas ligados à aprendizagem e ao comportamento. A escola deveria criar relações orgânicas com o lar, uma vez que o ambiente doméstico era indispensável para revelar a subjetividade e a personalidade da criança problema, nesse sentido, a junção de aspectos sociológicos, psicológicos e pedagógicos foi de fundamental importância para o projeto educacional de Ramos, caracterizado pela construção de um ser social totalmente identificado com os valores societários modernos.

Como vimos, o livro de Ramos pode ser lido como um valioso documento sobre as formas de socialização entre as crianças e seus colegas, famílias e agentes da organização escolar. Todas essas relações sociais estariam sob a tutela da psicanálise e do saber médico. Este tipo moderno de educação proposto, sugeria a intensificação dos laços materno e paterno filial, o cultivo da intimidade afetiva, atenta aos sinais físicos e psíquicos das crianças e a observação atenta dos profissionais das diversas áreas do conhecimento nos processos ligados à higiene e saúde mental das crianças. O livro de Arthur Ramos ofereceu ênfase aos dados estatísticos, pesquisas participantes, observação e diagnóstico do ambiente escolar no que se referia à evasão, reprovação, ausências e comportamentos “anormais”.

Temos um importante relato de uma consciência racional da sociedade escolarizada, cuja ação multidimensional é capaz de diagnosticar, prevenir e curar determinados desajustes mentais e intelectuais, assim as crianças estariam blindadas e protegidas pela ciência médica.

O programa construído por Ramos direcionou o foco para o contexto escolar e os processos psíquicos desencadeados ali, tais processos entraram como uma variável estrutural na explicação das desigualdades escolares, entretanto, não negou a influência dos fatores extra escolares, como a origem social dos estudantes. Deste modo, as pesquisas utilizaram dados quantitativos e qualitativos, uma vez que o comportamento infantil deveria ser acompanhado de perto pela família, professores, psicólogos e médicos; esse procedimento, em alguma medida, estabelecia as expectativas que os especialistas tinham em relação ao futuro.

Desta maneira, o autor sintetiza que o mito da “idade feliz”, localizado na infância, já fora destruído, quando o adulto rememora seus dias de criança, muitas vezes, encontra nas “dobras longínquas” de suas impressões um vasto mundo de temores, de martírios e angústias. A higiene mental, ainda conforme seu argumento, é uma ciência prática que apenas se iniciava, mas nunca essa prática teria sido tão importante como nesses dias conturbados de uma civilização em transição violenta que ainda não encontrou seu rumo.

A conjuntura vivenciada por Arthur Ramos favorecia alterações nas instituições pedagógicas como respostas aos desafios históricos nacionais, sobretudo, suas preocupações sobre as repercussões de meios “desajustados” na psique das crianças. Esse modelo explicativo que adotou novas escalas de trabalho, estendendo seu campo de observação à microunidades de análise, como a sala de aula, a estrutura escolar, as necessidades alimentares e de condição

de saúde de cada escolar, os agentes escolares e a família do aluno, apontava para uma perspectiva de que o funcionamento escolar não é inócuo e nem neutro, ele pode ser determinante no peso dos destinos dessas crianças. Desse modo, há a compreensão do significado da educação, que não se restringe ao ambiente privado do lar. Ao valorizar esse estágio da vida, percebido como um período privilegiado para institucionalizar esse indivíduo, estabeleceu os compromissos futuros dessas crianças com a nação, definindo suas identidades e configurando uma participação num destino comum.

O autor ingressou no cotidiano escolar e, simultaneamente, suplantou esse espaço num período em que a própria Sociologia da Educação, cujo espaço de análise se pautava basicamente em análises macroestruturais, não estava formulada enquanto um campo de conhecimento acadêmico.

Referências

ABRÃO, J. L. F. Os primórdios da psiquiatria infantil e seus reflexos no Brasil. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 37, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2020.14698>.

ABREU, M. “Crianças negras” e “crianças problemas” no pensamento de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. In I. Rizzini (Org.), *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da colônia, do Império e da República*. Rio de Janeiro, RJ: Santa Úrsula, 2000.

ALVAREZ, M. C. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, n. 10, p. 110-126, 2014.

ANDRADE, R. A. S. Avatares da história da psicanálise: da medicina social no Brasil à medicina nazista e à medicina romântica alemã. In M. Herschmann, & C.A.M. Pereira (Orgs.), *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia*, Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994. p. 107-139.

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In M. C. Freitas (Org.), *História social da infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, 1997.

CIFALI, A. C.; CHIES-SANTOS, M.; ALVAREZ, M. C. Justiça Juvenil no Brasil: continuidades e rupturas. *Tempo Social* 2020, v. 32, n. 3 [Acessado 16 Dezembro 2022], pp. 197-228. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.176331>.

CORRÊA, M. A babá de Freud e outras babás. *Cadernos Pagu*, (29), 2016, 61–90. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200004>.

CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

COSTA, J. F. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Documentário, 1976.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CUNHA, M. V. A escola contra a família. In LOPES, Eliane M. T.; FILHO, Luciano M. F. F.; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 447-468.

- DÁVILLA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2006.
- DUARTE, L. F. Arthur Ramos, antropologia e psicanálise no Brasil. In *Anais 119 da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, RJ, 1999, p.11-28.
- GARCIA, R. A. G. *A educação na trajetória intelectual de Arthur Ramos: higiene mental e criança problema* (Rio de Janeiro 1934-1949). Tese de doutorado (Educação), Ufscar, São Carlos, 2010.
- GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In E. M. T. Lopes, Eliane; L. M. Faria Filho; C. G. Veiga. (Orgs.), *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, BH: Autêntica, 2000.
- LIMA, A. L. G. *O espectro da irregularidade ronda o aluno: um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a “criança problema”*. 2004. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. PRIORI, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995. p. 129-145.
- MARQUES, M. B. *Discursos médicos sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- MARTINS, A. P. V. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 15 (21), 2010, 135-154. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100008>.
- MOKREJS, E. Psicanálise e Educação: Arthur Ramos – Um episódio da história da educação no Brasil. *Re Rev: Faculdade de Educação*, 13(1), 1987, 91-104. <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33380/36118>.
- MONARCHA, C. Psicoclínicas e cuidados da infância. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 29(2), 2009, 274-284.
- MOURA, R. H.; BOARINI, M. L. A saúde da família sob as lentes da higiene mental. *História, ciências, saúde-manguinhos*, v.19, n.1, 2012, p.217-235. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000100012>.
- NEVES, C. B. Estudos sociológicos sobre educação no Brasil. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002: sociologia*. São Paulo, SP: Sumaré, 2002.
- NOGUEIRA, M. A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise Social*, (176), 2005, 563-578. Disponível em: <https://11nq.com/5W5FA>.
- NUNES, E. S. N. A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 19 (2), 2012, 451-473. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000200006>.

PAPADOPOULOS, C. R. *Arthur Ramos e a criança-problema como criança escorraçada: psicanálise, civilização e higiene mental escolar no antigo Distrito Federal (1934-1939)*. Dissertação de mestrado (Educação), Departamento de Educação, Puc, Rio de Janeiro, 2011.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Intermeios, 2015.

RAMOS, A. *A criança problema: a higiene mental na Escola primária*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1950.

RAMOS, A. *Educação e psicanálise*. São Paulo, São Paulo: Nacional, 1934.

RAMOS, Arthur. A família e a escola. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano XXXII, n. 25, 2 jul. 1939, p. 4.

REIS, J. R. F. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.7, n.1, 2000, p.135-157. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000200007>.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviador: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011. Pp. 225-286.

ROCHA, H. H. P. Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. *Historia de la Educación*, v.28, 2009, p.89-107. <https://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/10264>.

SILVEIRA, M. H. *Infância problema e indisciplina escolar: perspectivas a partir da atuação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental na cidade do Rio de Janeiro (1934-1939)*. Dissertação de mestrado (Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2019.

XAVIER, L. N.; PINHEIRO, J. G. R. Da School de Chicago às Escolas Experimentais do Rio de Janeiro dos anos 1930. *História da Educação*, v.20, n.50, 2016, p.177-191. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/62397>.